



SME SANTA MARGARIDA
ATEB – Auxiliar Técnico da Educação Básica

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Denotação e conotação; significação das palavras;semântica	3
Figuras; estilística	10
Coesão e coerência.....	15
Tipologia textual	17
Emprego das classes de palavras.....	20
Sintaxe da oração e do período; sintaxe: termos da oração, período composto, concei- to e classificação das orações.....	31
Pontuação	39
Concordância verbal e nominal	43
Regência verbal e nominal	45
Estudo da crase.....	47
Fonologia: conceito, encontros vocálicos, dígrafos, ortoépica, divisão silábica, prosó- dia.....	49
Acentuação.....	52
Ortografia.....	54
Morfologia: estrutura e formação das palavras	63
Classes de palavras	65
Concordância verbal e nominal	65
Regência verbal e nominal	65
Crase	65
E pontuação	66
Semântica: a significação das palavras no texto.....	66
Interpretação de texto.....	66
Questões	66
Gabarito.....	77

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Princípio da regressão ou reversão.....	1
Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa	2
Lógica matemática qualitativa	8
Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras	12

SUMÁRIO



Regra de três simples e compostas	15
Razões especiais	16
Análise combinatória e probabilidade.....	18
Progressões aritmética e geométrica	25
Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença.....	29
Geometria plana e espacial.....	35
Trigonometria	57
Conjuntos numéricos.....	62
Equações de 1º e 2º graus	82
Inequações de 1º e 2º graus	86
Funções de 1º e 2º graus	90
Geometria analítica	96
Matrizes, determinantes e sistemas lineares	106
Polinômios	118
Questões	125
Gabarito.....	133

CONHECIMENTOS GERAIS

Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, geografia, ciências, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas a nível municipal, regional, nacional e internacional.	1
--	---

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções básicas do computador, principais componentes de um pc e periféricos (visão do usuário).....	1
Rotinas principais para o uso do ambiente operacional windows 11	6
Edição de textos: word	13
Planilhas eletrônicas: excel	29
Noções de internet: principais conceitos	47
Correio eletrônico: browser e outlook express	54
Questões	59
Gabarito.....	68

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei orgânica do município de santa margarida; plano de cargo, carreira e remuneração dos servidores públicos municipais de santa margarida-mg..... 1

ASPECTOS LEGAIS E POLÍTICOS DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Diretrizes curriculares nacionais e suas implicações na prática pedagógica.....	1
Estatuto da criança e do adolescente	12
Ldb lei federal nº 9394/96 e alterações	79
Base nacional comum curricular como norteadora dos currículos e suas competências gerais.....	111
Função histórica e social da escola: a escola como campo de relações (espaços de diferenças, contradições e conflitos), para o exercício e a formação da cidadania, difusão e construção do conhecimento.....	165
Organização do processo didático: planejamento, estratégias e metodologias	168
Avaliação; avaliação como processo contínuo, investigativo e inclusivo	172
A didática como fundamento epistemológico do fazer docente	174
O currículo e cultura	174
Conteúdos curriculares e aprendizagem.....	179
Projetos de trabalho	183
Interdisciplinaridade e contextualização.....	188
Multiculturalismo.....	191
A escola e o projeto político pedagógico	195
O espaço da sala de aula como ambiente interativo	199
A atuação do professor mediador.....	200
A atuação do aluno como sujeito na construção do conhecimento	203
Planejamento e gestão educacional.....	207
Gestão da aprendizagem	212
O professor: formação e profissão	224
A pesquisa na prática docente	227
A educação em sua dimensão teórico-filosófica: filosofias tradicionais da educação e teorias educacionais contemporâneas.....	230
As concepções de aprendizagem/aluno/ensino/professor nessas abordagens teóricas.....	236
Principais teorias e práticas na educação.....	239
As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem.....	245

SUMÁRIO



Contribuições de piaget, vygotsky e wallon para a psicologia e pedagogia	249
Temas contemporâneos: bullying	258
O papel da escola.....	261
A escolha da profissão	261
Transtornos alimentares na adolescência.....	262
Família.....	264
Orientação sexual.....	265
O currículo na perspectiva da inclusão, da diversidade e do direito à aprendizagem ...	268
A educação das relações étnico raciais no brasil.....	273
A política da educação integral e integrada garantindo a formação humana e o desenvolvimento integral dos estudantes	278
Direitos humanos.....	282
Questões	286
Gabarito.....	293

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fundamentos históricos e políticos da recreação e lazer, saúde e qualidade de vida ..	1
Aprendizagem e desenvolvimento motor, atividades recreativas: técnicas pedagógicas e didáticas	4
Planejamento e organização de atividades recreativas	8
Conceitos do esporte.....	12
Perspectiva histórica e cultural do jogo, classificação dos jogos, da dança e ludicidade.....	15
Recreação e lazer para crianças e adolescentes.....	19
Noções de puericultura.....	23
Noções sobre primeiros socorros.....	26
Educação inclusiva.....	33
Jogos e brincadeiras infantis	41
Higiene e educação.....	43
Interação escola família.....	47
Avaliação educacional.....	57
Uso das tecnologias da informação e comunicação no meio escolar.....	59
A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva ...	61
A educação inclusiva: direito à diversidade.....	66
Higiene e educação.....	71
Concepções de educação infantil e escola	71
Desenvolvimento infantil.....	74
Função social da escola e compromisso social do educador	84
Rotinas da educação infantil: afetividade, alimentação, sono, higiene, cuidados essenciais	86
Questões	93
Gabarito.....	101



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





Princípio da regressão é uma abordagem que visa encontrar um valor inicial requerido pelo problema com base em um valor final fornecido. Em outras palavras, é um método utilizado para resolver problemas de primeiro grau, ou seja, problemas que podem ser expressos por equações lineares, trabalhando de forma inversa, ou “de trás para frente”.

Esteja atento:

Você precisa saber transformar algumas operações:

Soma ↔ a regressão é feita pela **subtração**.

Subtração ↔ a regressão é feita pela **soma**.

Multiplificação ↔ a regressão é feita pela **divisão**.

Divisão ↔ a regressão é feita pela **multiplificação**

Exemplo:

1. SENAI

O sr. Altair deu muita sorte em um programa de capitalização bancário. Inicialmente, ele apresentava um saldo devedor X no banco, mas resolveu depositar 500 reais, o que cobriu sua dívida e ainda lhe sobrou uma certa quantia A. Essa quantia A, ele resolveu aplicar no programa e ganhou quatro vezes mais do que tinha, ficando então com uma quantia B. Uma segunda vez, o sr. Altair resolveu aplicar no programa, agora a quantia B que possuía, e novamente saiu contente, ganhou três vezes o valor investido. Ao final, ele passou de devedor para credor de um valor de R\$ 3 600,00 no banco. Qual era o saldo inicial X do sr. Altair?

- (A) -R\$ 350,00.
- (B) -R\$ 300,00.
- (C) -R\$ 200,00.
- (D) -R\$ 150,00.
- (E) -R\$ 100,00.

Resolução:

Devemos partir da última aplicação. Sabemos que a última aplicação é 3B, logo:

$$3B = 3600 \rightarrow B = 3600/3 \rightarrow B = 1200$$

$$\text{A } 1^{\circ} \text{ aplicação resultou em B e era } 4A: B = 4A \rightarrow 1200 = 4A \rightarrow A = 1200/4 \rightarrow A = 300$$

$$\text{A é o saldo que sobrou do pagamento da dívida X com os 500 reais: } A = 500 - X \rightarrow 300 = 500 - X \rightarrow$$

$$-X = 300 - 500 \rightarrow -X = -200. (-1) \rightarrow X = 200.$$

Como o valor de X representa uma dívida representamos com o sinal negativo: a dívida era de R\$ -200,00.

Resposta: C.



BRASIL

HISTÓRIA DO BRASIL

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.

Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.

Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.

Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características políticas-sócio-econômicas.

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.



O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

— Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

— Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU



Legislação Específica

Prezado(a),

A lei indicada no edital não foi disponibilizada a editora. Indicamos contato com a organizadora para ter acesso ao material e caso tenhamos uma atualização nesse sentido, a apostila será retificada!

Bons estudos!



Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica

A necessidade de definição de Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica está posta pela emergência da atualização das políticas educacionais que consubstanciem o direito de todo brasileiro a formação humana e cidadã e a formação profissional, na vivência e convivência em ambiente educativo. Tem estas Diretrizes por objetivos:

I – sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e a escola;

II – estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;

III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais – docentes, técnicos, funcionários – da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica visam estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar, a partir das quais os sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, por suas competências próprias e complementares, formularão as suas orientações assegurando a integração curricular das três etapas seguintes desse nível da escolarização, essencialmente para compor um todo orgânico.

Além das avaliações que já ocorriam assistematicamente, marcou o início da elaboração deste Parecer, particularmente, a Indicação CNE/CEB no 3/2005, assinada pelo então conselheiro da CEB, Francisco Aparecido Cordão, na qual constava a proposta de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental. Nessa Indicação, justificava-se que tais Diretrizes encontravam-se defasadas, segundo avaliação nacional sobre a matéria nos últimos anos, e superadas em decorrência dos últimos atos legais e normativos, particularmente ao tratar da matrícula no Ensino Fundamental de crianças de 6 (seis) anos e consequente ampliação do Ensino Fundamental para 9 (nove) anos de duração. Imprescindível acrescentar que a nova redação do inciso I do artigo 208 da nossa Carta Magna, dada pela Emenda Constitucional no 59/2009, assegura Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive a sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Nesta perspectiva, o processo de formulação destas Diretrizes foi acordado, em 2006, pela Câmara de Educação Básica com as entidades: Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, Conselho dos Secretários Estaduais de Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, e entidades representativas dos profissionais da educação, das instituições de formação de professores, das mantenedoras do ensino privado e de pesquisadores em educação.

Para a definição e o desenvolvimento da metodologia destinada a elaboração deste Parecer, inicialmente, foi constituída uma comissão que selecionou interrogações e temas estimuladores dos debates, a fim de subsidiar a elaboração do documento preliminar visando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, sob a coordenação da então relatora, conselheira Maria Beatriz Luce. (Portaria CNE/CEB no 1/2006)

A comissão promoveu uma mobilização nacional das diferentes entidades e instituições que atuam na Educação Básica no País, mediante:

I – encontros descentralizados com a participação de Municípios e Estados, que reuniram escolas públicas e particulares, mediante audiências públicas regionais, viabilizando ampla efetivação de manifestações;

II – revisões de documentos relacionados com a Educação Básica, pelo CNE/CEB, com o objetivo de promover a atualização motivadora do trabalho das entidades, efetivadas, simultaneamente, com a discussão do regime de colaboração entre os sistemas educacionais, contando, portanto, com a participação dos conselhos estaduais e municipais.



ORIGENS E EVOLUÇÃO DA RECREAÇÃO E DO LAZER

A história da recreação e do lazer está diretamente ligada ao desenvolvimento das sociedades humanas. Desde os tempos mais remotos, o ser humano busca momentos de descanso, divertimento e socialização. A maneira como essas práticas se organizaram ao longo do tempo reflete mudanças culturais, econômicas e políticas.

▸ Contexto Histórico da Recreação e do Lazer

Recreação e Lazer na Antiguidade:

Nas primeiras civilizações, como Egito, Mesopotâmia, Grécia e Roma, as atividades recreativas estavam associadas tanto ao entretenimento quanto a práticas religiosas e militares. Jogos, danças, festivais e competições físicas eram comuns.

Na Grécia Antiga, o lazer era considerado essencial para o desenvolvimento do cidadão. Os Jogos Olímpicos, por exemplo, eram uma manifestação cultural e esportiva que unia aspectos religiosos e políticos. Já em Roma, as arenas e os teatros promoviam espetáculos públicos para entreter a população.

Idade Média e a Restrição ao Lazer:

Durante a Idade Média, a visão cristã da sociedade influenciou o conceito de lazer. Muitas atividades recreativas foram limitadas, pois o tempo livre deveria ser dedicado ao trabalho e à fé. Entretanto, festivais religiosos e práticas como a caça e os torneios de cavalaria mantiveram-se presentes entre a nobreza.

A população camponesa, por sua vez, tinha pouco acesso ao lazer estruturado, mas realizava festividades em datas religiosas e folclóricas.

Renascimento e Revolução Industrial:

Com o Renascimento, houve uma revalorização do corpo e da cultura, levando ao ressurgimento de atividades recreativas, incluindo a prática de esportes e a valorização das artes.

Já a Revolução Industrial trouxe mudanças significativas para o lazer. O crescimento das cidades e o aumento das jornadas de trabalho reduziram o tempo disponível para atividades recreativas, gerando a necessidade de regulamentação do tempo livre. Assim, surgiram os primeiros movimentos em defesa do direito ao lazer, especialmente para os trabalhadores.

▸ Políticas Públicas e Regulamentação do Lazer

Século XX e a Consolidação do Lazer como Direito:

No século XX, o lazer passou a ser reconhecido como um direito social. O Estado começou a investir na criação de espaços públicos para o entretenimento, como parques, centros culturais e esportivos. Além disso, surgiram políticas voltadas à redução da jornada de trabalho, permitindo que mais pessoas tivessem tempo livre para atividades recreativas.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o lazer como um direito fundamental, garantindo que o Estado deve promover condições para seu acesso pela população. Essa regulamentação incentivou a criação de programas e políticas públicas voltadas ao lazer, como o desenvolvimento de áreas de esporte e cultura em comunidades de baixa renda.